

39º Encontro Anual da ANPOCS
SPG 04 – Cultura Política e Comportamento Eleitoral

Mobilização cognitiva e apartidarismo: a relação dos eleitores com os partidos políticos na América Latina (2006-2014)

Éder Rodrigo Gimenes (UFSC)

Caxambu, MG, 26 a 30 de outubro de 2015.

Mobilização cognitiva e apartidarismo: a relação dos eleitores com os partidos políticos na América Latina (2006-2014)

Éder Rodrigo Gimenes¹

Resumo

Há algumas décadas diversos autores têm destacado o afastamento dos eleitores com relação aos partidos políticos em democracias consolidadas. Tal fenômeno decorreria de alterações nas funções desempenhadas e nas relações estabelecidas pelos partidos, assim como por avanços nos níveis de educação e de acesso à informação por parte do eleitorado, dentre outras razões. Enquanto em tais países a discussão gira em torno das consequências do desalinhamento partidário sobre o regime, em jovens democracias, como é o caso da maioria dos países da América Latina, prevalece o dissenso acerca da existência ou não do referido afastamento. Considerada a essencialidade dos partidos políticos ao funcionamento da democracia e o processo de estabelecimento da legitimidade e da consolidação democráticas nos países da região, o objetivo deste *paper* é verificar a existência do desalinhamento partidário na América Latina, bem como as alterações nos eleitorados nacionais e da região a partir do modelo da mobilização cognitiva. Para tanto, analiso dados oriundos de pesquisas de opinião pública do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), coletados entre os anos de 2004 e 2014.

Palavras-chave: Comportamento político. Eleitores. Partidos políticos. Mobilização cognitiva. América Latina.

1 Considerações iniciais

Desde a década passada, muitos pesquisadores têm identificado, no âmbito internacional, resultados que apontam para o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação (DALTON; WATTENBERG, 2002; PUTNAM, 2003; BORBA; RIBEIRO, 2011), especialmente os partidos políticos, bem como para a ascensão de modalidades não convencionais, de caráter contestatório (INGLEHART; CATTERBERG, 2002; CATTERBERG, 2003; DELLA PORTA, 2003; WELZEL; INGLEHART; DEUSTCH, 2005; NORRIS, 2007; BORBA; RIBEIRO, 2011). Ainda que não haja consenso sobre a relação entre as distintas modalidades de participação, são muitos os que apontam para a mobilização de ações políticas por meio de repertórios, o que significa que diante de determinadas circunstâncias os indivíduos podem atuar

¹ Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Pesquisador dos grupos de pesquisa “Cultura Política, Comportamento e Democracia” (UEM), “Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais” (NPMS – UFSC) e do “Núcleo de Pesquisas em Participação Política” (NUPPOL – UEM). Contato: ergimenes@uem.br

politicamente de uma maneira específica ou combinar modalidades de atuação (BARNES; KAASE, 1979; NORRIS, 2007; BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015a).

Em se tratando especificamente dos partidos políticos, desde a década de 1980, Dalton, Flanagan e Beck (1984) apontaram a hipótese do desalinhamento partidário, ao afirmarem que os laços partidários sofreram uma erosão geral decorrente da modernização política e social das sociedades industriais avançadas. O cenário de crise e de declínio tem sido amplamente diagnosticado nos Estados Unidos (CLARKE; STEWART, 1998; PUTNAM, 2003; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; DALTON; WELDON, 2007; DALTON, 2013; 2014a) e na maior parte dos países europeus (WHITELEY; SEYD, 1998; 2002; MAIR, 2000; 2003; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; SEYD; WHITELEY, 2004; NORRIS, 2007; DALTON; WELDON, 2007; WITHELEY, 2011; VAN BIEZEN; MAIR; POGUNTKE, 2012; GALLEGO; RICO; ANDUIZA, 2012; DALTON, 2013; 2014b; 2014c).

Dentre as causas do fenômeno estariam fatores de natureza estrutural e individual. No primeiro grupo, destacam-se as alterações nas funções desempenhadas pelos partidos, de seu relacionamento com o eleitorado e a recorrência de partidos *catch-all* (KATZ; MAIR, 1995; 2009; VAN BIEZEN, 1998; MAIR, 2003). No segundo grupo, o refinamento cognitivo das massas por conta do aumento de escolarização, da maior disponibilidade de acesso à informação e da expansão dos grupos de interesses contribuíram para que a decodificação do mundo da política deixasse de se dar majoritariamente por meio dos partidos (DALTON; WATTENBERG, 2002; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; MAIR, 2003; WITHELEY, 2011; DALTON, 2013).

Diante desse contexto, a discussão contemporânea busca identificar os potenciais efeitos desse desalinhamento sobre as democracias consolidadas, considerando seus cidadãos, as instituições políticas e o próprio regime. Nesse sentido, há autores que apontam os riscos da elevação do apartidarismo, como a diminuição do comparecimento eleitoral, a fluidez na formulação de opiniões e opções de votos dos eleitores e o ceticismo com relação aos processos e instituições representativas (PUTNAM, 2002), de modo que o desalinhamento merece atenção da Ciência Política (WHITELEY, 2011), especialmente se considerarmos a descrença com relação ao Estado e às instituições representativas como indício de uma crise de legitimidade, a qual pode até mesmo culminar em instabilidade democrática (SELIGSON; BOOTH; GÓMEZ, 2006).

Contudo, há que se considerar que também há pesquisadores que relacionam o distanciamento dos eleitores com relação aos partidos políticos ao aumento da qualidade da democracia, uma vez que consideram que indivíduos mais sofisticados politicamente seriam também mais críticos com relação às instituições tradicionais e hierarquizadas e portadores de valores fortemente democráticos (NORRIS, 1999; DALTON, 2013).

Diferentemente dos cenários norte-americano e europeu, marcados predominantemente por longo histórico de estabilidade política, sobretudo em razão dos consideráveis estoques de legitimidade democrática, construídos ao longo de gerações socializadas sob a vigência de tal regime, no cenário político latino-americano, majoritariamente caracterizado por jovens democracias e recentes períodos militares, a adesão normativa entre os cidadãos com baixa tradição democrática tende a ser mais frágil, o que implica inferir que a desafeição partidária pode ser mais deletéria, bem como que é plausível a hipótese de efeitos desestabilizadores (TORCAL; MONTERO, 2006; RIBEIRO, 2011).

Conforme verificado em levantamento da produção acadêmica recente acerca do partidarismo na América Latina, a maior parte dos trabalhos têm se dedicado a análises nacionais e/ou sobre o comparecimento eleitoral, de modo que o relacionamento dos eleitores com os partidos políticos, numa perspectiva mais ampla, tem sido pouco explorado até o momento (GIMENES, 2015).

Diante do exposto, o objetivo deste *paper* é verificar a existência do desalinhamento partidário na América Latina, bem como as alterações nos eleitorados nacionais e da região a partir do modelo da mobilização cognitiva, cujo principal rendimento recente se encontra em *The partisan American* (DALTON, 2013). Para tanto, analiso dados oriundos de pesquisas de opinião pública do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), coletados entre os anos de 2006 e 2014.

Para tanto, além desta seção introdutória, o texto encontra-se estruturado em mais três partes. Na segunda seção, discorro sobre aspectos históricos e contemporâneos da relação entre eleitores e partidos políticos na América Latina e apresento dados nacionais e agregados sobre a simpatia partidária na região para o período 2006-2014. A terceira seção expõe a tese do apartidarismo, o modelo de mobilização cognitiva e os principais achados de Dalton (2013) entre o eleitorado estadunidense, bem como as variáveis pertinentes à referida medida de mobilização, a classificação e evolução do eleitorado latino-americano conforme tal tipologia e a discussão sobre possíveis efeitos

das variações dos perfis desses eleitores às jovens democracias da região. Por fim, a quarta seção trata das considerações finais deste *paper*.

2 Partidarismo na América Latina

A maior parte dos sistemas partidários dos países latino-americanos se constituiu (ou reconstituiu) nas últimas décadas, com distintas configurações no que diz respeito às experiências não-democráticas, à manutenção ou inexistência de partidos anteriores, de sua relação com o eleitorado e ao papel dos cidadãos na política. Payne (2007), por exemplo, destaca que Colômbia, Costa Rica e Venezuela gozaram de décadas de competição política ininterrupta até os anos 1980, enquanto na Argentina, no Chile e no Uruguai o sistema partidário conformado no período pós-ditatorial conservou características de períodos anteriores em que houve competição eleitoral. Por fim, o autor destaca Brasil, México, Paraguai e a maioria dos países da América Central, nos quais a transição para a democracia implicou na criação de novos partidos.

Para além das características históricas, a configuração atual das democracias na região segue diversificada, por conta dos diferentes sistemas eleitorais, da obrigatoriedade ou facultatividade do voto, da liberdade do sistema político, da organização dos partidos políticos com relação às campanhas eleitorais, da participação das massas nos partidos, das composições de coligações eleitorais e coalizões de governo, da possibilidade de candidaturas às eleições por indivíduos desvinculados de partidos e de movimentos sociais ou grupos políticos organizados e ainda da existência de mecanismos institucionais participativos que têm sido implantados em diversos países da região.

No nível individual, os reflexos dos processos de fortalecimento ou consolidação das democracias na região reflete traços problemáticos, como a despolitização dos cidadãos, os baixos níveis de participação política, a recorrência de eleições marcadas por traços personalistas, a existência de frágeis vínculos programáticos e ideológicos entre eleitores e partidos, volatilidade eleitoral, níveis decrescentes de confiança nos políticos e nos partidos e ineficácia das instituições políticas, principalmente dos partidos (BAQUERO, 2000; ALCÁNTARA SÁEZ;

FREIDENBERG, 2002; POWER; JAMISON, 2005; MAINWARING; TORCAL, 2005a).

No entanto, Alcántara Sáez e Freidenberg (2002, p. 149) afirmam que essa baixa adesão ao democratismo, em termos avaliativos, deveria ser matizada pelo fato de que, salvo exceções, até o início do século XXI, “[...] os partidos políticos não puderam ser substituídos na hora de representar as demandas dos cidadãos e no exercício do governo. Portanto, continuam sendo os vínculos entre regime político e cidadãos”. Nesse sentido, tais autores destoam fortemente de Baquero (2000) por sua análise otimista com relação ao relacionamento entre partidos e eleitores na América Latina. Tendo como ponto de partida a retomada da democratização por volta do início da década de 1980, período no qual os cenários políticos dos países latino-americanos indicavam que a região gozava de grande heterogeneidade no que tange à caracterização dos sistemas partidários e partidos políticos, Alcántara Sáez e Freidenberg (2002, p. 144) identificaram o que chamaram de “relativa continuidade na composição dos sistemas de partidos”, que consideraram surpreendente pela condição de manutenção, ainda que parcial, de aspectos presentes na ordem anteriormente vigente.

Considerando o contexto de institucionalização dos partidos e dos sistemas partidários em democracias ainda em processo de fortalecimento, os países da América Latina, tanto de maneira individual quanto conjunta, são objetos cujos rendimentos analíticos acerca do partidarismo se apresentam relevantes não apenas para o entendimento de seus processos de consolidação, mas também para pensarmos os regimes democráticos de maneira geral, especialmente no que tange ao eleitorado.

Em artigo recente (GIMENES, 2015), mapeei a produção acadêmica sobre o partidarismo na América Latina e identifiquei ampla gama de variáveis, de níveis individual e de contexto, utilizadas para a análise acerca do relacionamento entre eleitores e partidos políticos. Dentre essas pesquisas, os resultados expostos por Carreras, Morgenstern e Su (2013) e por Albala e Vieira (2014) demonstram haver indícios de que o fenômeno do desalinhamento não atinge os países latino-americanos da mesma maneira como se verifica em democracias consolidadas e também quando comparadas as unidades nacionais. Já Lupu (2015) e Borba, Gimenes e Ribeiro (2015c) identificaram condicionantes da simpatia partidária na região, sendo que ambos os resultados demonstram a complementariedade dos efeitos de fatores individuais e contextuais sobre as manifestações de partidarismo na região, considerados preditores comuns e distintos

em suas análises. Além destes, um mapeamento de dados de opinião pública decorrentes do LAPOP para o período entre 2004 e 2012 permitiu verificar, a partir de 14 variáveis dispostas em quatro distintas dimensões, que não há um padrão de partidatismo na região (GIMENES, 2014)².

Considerada a gama de indicadores do relacionamento dos eleitores com os partidos políticos utilizadas por Carreras, Morgenstern e Su (2013), Albala e Vieira (2014), Gimenes, (2014), Gimenes e Furriel (2015), Lupu (2015) e Borba, Gimenes e Ribeiro (2015c), este artigo é dedicado à simpatia partidária, que representa uma medida parcial dos sentimentos, qual seja a avaliação favorável do eleitorado acerca dos partidos, entendida como produto histórico dos processos eleitorais dos quais os indivíduos participaram, e contribui para a interpretação da capacidade de enraizamento dos partidos políticos junto ao eleitorado, de modo que constitui um indicador do desenvolvimento, da institucionalização e da estabilidade do sistema partidário (MAINWARING; SCULLY, 1995; MAINWARING, 2001; PAYNE, 2007; DALTON; WELDON, 2007; MAINWARING; ZOCO, 2007)³.

Nos casos dos países latino-americanos, à exceção de República Dominicana e Uruguai, a simpatia partidária não é manifestada de maneira regular por parcelas majoritárias das populações nacionais, sendo que em poucos países a medida atingiu valores superiores a 50% em alguma onda do LAPOP, conforme evidenciado na Tabela 1⁴.

² A dimensão “Sentimentos partidários” foi composta por variáveis relacionadas à simpatia por partidos políticos (2006-2012), à intensidade da simpatia por algum partido político (2008), ao sentimento de que os partidos representam eleitores como o respondente (2008, 2012 e 2014) e de que os partidos escutam indivíduos como o respondente (2008, 2012 e 2014). A dimensão “Participação partidária e ativismo eleitoral” foi composta por variáveis relacionadas à participação em reuniões de partidos ou movimentos políticos (2004-2014), à opinião sobre os eleitores trabalharem para partidos ou candidatos em campanhas eleitorais (2004-2014), à participação em campanhas em favor de partidos ou de candidatos (2004-2012) e à tentativa de convencer outras pessoas a votar de algum partido ou candidato em eleições (2004-2012). A dimensão “Partidos políticos e democracia” foi composta por variáveis relacionadas à possibilidade de existência de uma democracia sem partidos políticos (2004-2012), a possibilidade de limitação da voz e do voto de partidos de oposição (2008-2012) e à principal razão do voto em determinado candidato (2006). A dimensão “Confiança nos partidos políticos” foi composta por variáveis relacionadas à medida que os eleitores confiam nos partidos (2004-2014), à percepção de corrupção por parte dos partidos políticos (2004-2006).

³ Uma descrição dos indicadores de institucionalização e de estabilização dos sistemas partidários encontra-se em Furriel e Gimenes (2015).

⁴ Uma versão anterior desta análise, referente a dados de 2006 a 2012 foi apresentada no “I Seminário Nacional Comportamento Político e Opinião Pública” (GIMENES, 2014) e debatida por Luciana Fernandes Veiga (UNIRIO), a quem agradeço pelas considerações.

Tabela 1. Simpatia partidária na América Latina (2006-2014) – Dados nacionais (%)

	2006	2008	2010	2012	2014
Brasil	34,1	25,2	30,2	30,4	23,0
Chile	25,6	21,4	10,9	14,1	13,1
Colômbia	28,6	29,2	37,2	25,5	28,2
Costa Rica	36,2	30,3	52,3	26,2	67,4
El Salvador	31,3	40,9	34,4	30,9	44,7
Guatemala	14,7	15,8	18,3	12,9	11,4
Guiana	19,5	12,2	27,7	27,1	13,8
Haiti	37,9	28,8	27,8	30,2	34,3
Honduras	44,2	48,8	43,7	39,2	40,0
Jamaica	47,1	58,5	42,9	43,7	39,4
México	49,2	32,2	28,5	36,1	27,4
Nicarágua	49,8	40,3	43,0	54,8	46,9
Panamá	20,8	32,1	30,3	25,9	45,6
Peru	29,9	19,2	21,2	16,4	19,2
República Dominicana	60,4	70,2	54,5	63,4	54,3
Venezuela	32,5	32,6	34,3	46,9	44,5
Uruguai	53,3	50,4	66,2	53,4	60,0
Argentina	-	24,7	19,5	27,0	25,7
Belize	-	23,3	29,1	49,3	35,1
Bolívia	-	29,0	31,1	15,9	25,6
Equador	-	18,9	16,0	22,5	45,0
Paraguai	-	59,0	39,2	45,7	40,3
Suriname	-	-	-	41,4	48,2
Trinidad y Tobago	-	-	-	32,9	29,9
Bahamas	-	-	-	-	39,1

Fonte: LAPOP (2006-2014).

Na maioria dos países, o percentual de eleitores simpático a algum partido sofreu queda, especialmente se observarmos os dados de 2014, segundo os quais em 13 das 24 unidades nacionais houve redução da manifestação de simpatia partidária após 2012 (as Bahamas foram incluídas apenas na última onda da pesquisa). Contudo, em termos gerais, o cenário é de volatilidade, uma vez que na maior parte das unidades nacionais as taxas oscilaram tanto positiva quanto negativamente no período. Guatemala, Chile e Guiana apresentam os mais baixos percentuais de cidadãos simpáticos a partidos na região: 11,4%, 13,1% e 13,8%, respectivamente.

Entre os países que apresentaram maiores crescimentos percentuais de simpatia partidária no período destacam-se Costa Rica (31,2%), Equador (26,1%) e Panamá

(24,8%), mas há que se considerar algumas ressalvas. A primeira diz respeito à Costa Rica, onde a volatilidade da simpatia é crescente e os dados do LAPOP pouco ajudam a entender o enraizamento (ou não) dos partidos, uma vez que a variável sofreu decréscimo de aproximadamente 6% entre 2004 e 2006, elevação de 22% em 2008, queda de 26,1% em 2012 e novo acréscimo em 2014, de 41,2%, o que aponta a necessidade de realização de pesquisas específicas sobre este país para entender a relação dos eleitores com os partidos, uma vez que o contexto do país é de multipartidarismo, com dois partidos se alternando na presidência da república (*Partido Liberación Nacional* e *Partido Unidad Social Cristiana*) e existência de partidos provinciais e locais.

Nos casos de Equador e Panamá, a simpatia partidária variou até 2012 e obteve em 2014 percentuais expressivamente superiores à medida anterior (elevações de 19,6 e 22,5%, respectivamente). Entre os equatorianos, é recorrente a situação de instabilidade política (vide, por exemplo, o número de presidentes entre 1996 e 2007, quando o país foi governado por sete mandatários, até a eleição de Rafael Correa), porém desde que o LAPOP passou a ser aplicado houve apenas uma, a qual se deu no mesmo período em que foi verificada a única variação negativa da simpatia partidária no país (2010), que pode estar associada à grave crise política enfrentada, durante a qual o presidente decretou estado de emergência e ameaçou dissolver a Assembleia Nacional. Contudo, superada a crise, Correa se reelegeu em 2013 e tem demonstrado certa estabilidade no governo federal, o que pode também ter influenciado a expressiva variação positiva na simpatia partidária dos equatorianos.

Já entre os panamenhos, o governo de Ricardo Martinelli (2009-2014) foi marcado por denúncias de corrupção, o que pode ter afetado a simpatia partidária dos eleitores, a exemplo do ocorrido no Brasil por conta do mensalão, em meados da década passada. Nesse sentido, a eleição de Juan Carlos Varela, opositor do então presidente, em 2014, pode ter relação com a retomada da simpatia partidária no Panamá. No entanto, até mesmo pela brevidade da realização das eleições e da coleta de dados do LAPOP no país, não há análises específicas sobre o tema, cabendo aqui apenas uma hipótese.

O país que mais se destaca é o Uruguai. Referência quando se trata de democracia na América Latina, é entre seus habitantes que se verificam os percentuais que mesmo em momentos de redução figuram entre os mais altos no período de 2006 a 2014. Além do Uruguai, onde a elevação da simpatia partidária variou positivamente em 6,7% e atingiu 60% em 2014, também obtiveram elevações na referida medida El Salvador,

Venezuela, Belize, Suriname e os já mencionados Costa Rica, Panamá e Equador.

Argentinos e colombianos manifestaram estabilidade na simpatia partidária por conta de mínimas variações no período, ao passo que na Guatemala, em Honduras, na Nicarágua, na Bolívia, na República Dominicana, no Haiti, na Jamaica, na Guiana e em Trinidad y Tobago o percentual sofreu redução inferior a 10% e no Peru, no Paraguai, no Chile, no Brasil e no México houve variação negativa superior a 10%, a qual atingiu 21,8% entre os mexicanos.

Considerado o conjunto de 17 países destacados (em cinza) na Tabela 1, para os quais há dados para as cinco ondas do LAPOP aplicadas entre 2006 e 2014 na região⁵, calculei a média de simpatia partidária dos latino-americanos. Tal recorte se justifica com vistas ao refinamento dos dados comparados, uma vez que a média global por onda do LAPOP contemplaria conjunto distintos de unidades nacionais. O resultado segue exposto na Tabela 2.

Tabela 2. Simpatia partidária na América Latina (2006-2014) – Dados agregados (%)

Ano/Onda	Média
2006	36,2
2008	33,6
2010	35,0
2012	34,0
2014	36,1

Fonte: LAPOP (2006-2014).

Os dados agregados demonstram a estabilidade da simpatia partidária na região, uma vez que o saldo do período 2006-2014 para o conjunto de 17 países latino-americanos é negativa em apenas 0,1% e as variações ao longo do período atingiram no máximo 2,6% entre os biênios. Nesse sentido, os dados de opinião pública corroboram as análises que apontam a inexistência de desalinhamento partidário na América Latina (ALCÁNTARA SÁEZ; FREIDENBERG, 2002; CARRERAS; MORGENSTEIN; SU, 2013; ALBALA; VIEIRA, 2014; FURRIEL; GIMENES, 2015) e confirmam a afirmação de Gimenes (2014) acerca do equívoco de Baquero (2000; 2012) quanto à existência de uma crise democrática na região, na qual os partidos ocupariam posição central.

⁵ No ano de 2004 foram entrevistados cidadãos em 11 países da América Latina, quais sejam: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. No entanto, a variável “simpatia por partidos políticos” não constava no questionário.

3 Mobilização cognitiva e apartidarismo na América Latina

Em *The apartisan American*, Dalton (2013) discutiu o cenário partidário nos Estados Unidos, onde o percentual de indivíduos que não declararam simpatia por partidos aumentou substancialmente nas últimas cinco décadas, atingindo atualmente cerca de 40% do eleitorado e superando aqueles simpáticos aos Democratas e aos Republicanos. Tais eleitores possuem um perfil jovem, são mais instruídos e interessados por política, porém sem alianças partidárias como aquelas desenvolvidas nas gerações de seus pais⁶ e foram essenciais às decisões nos últimos pleitos.

Consideradas tais alterações, Dalton (2013) discorreu sobre o crescente número de americanos independentes de identidades partidárias e os fatores que contribuíram para tal aumento, uma vez que, ainda que as elites políticas permaneçam apegadas às suas identidades partidárias, os cidadãos estão mudando. O autor destacou a relevância da identificação partidária enquanto eixo para a compreensão moderna da democracia e do comportamento eleitoral e afirmou que, apesar do enfraquecimento do partidarismo, este ainda continua sendo o mais forte preditor da escolha do voto.

Nesse cenário, a combinação entre a educação, entendida como competência cívica, e a habilidade para a política, decorrente do interesse pelo assunto, reflete em mobilização cognitiva, capaz de produzir um novo tipo de indivíduo: os “novos independentes”, porém politicamente engajados. Diante de tal constatação, Dalton (2013) propôs a diferenciação dos eleitores não mais apenas pela manifestação de envolvimento com partidos, mas considerando também seu refinamento cognitivo.

Com vistas à identificação dos diferentes perfis de eleitores norte-americanos, Dalton (2013) criou um índice de engajamento partidário⁷, a partir do qual apontou quatro padrões distintos de mobilização.

A construção de tal índice baseou-se exclusivamente em três variáveis: nível de escolaridade, interesse por política e simpatia partidária. Segundo o autor, as duas

⁶ Entre os americanos mais velhos, é arraigada a ideia de democrata ou republicano, ainda que tais indivíduos não percebam que tal crença, que, assim como uma denominação religiosa ou classe social, determina sua visão e escolha pelo melhor candidato, que, geralmente, pertence sempre ao mesmo partido (DALTON, 2013). *The American Voter*, pesquisa empreendida na década de 1950 acerca do cenário eleitoral norte-americano, identificou que os filiados a um partido tendem a entender apenas aquilo que o partido defende como o correto e filtram informações dissonantes a partir dessa orientação partidária (CAMPBELL *et al.*, 1960).

⁷ *Cognitive-Partisan Index* (DALTON, 2013, p. 40).

primeiras variáveis comporiam uma medida de mobilização cognitiva (DALTON, 2008; 2013), a mesma utilizada por Witheley (2011), a qual, combinada com a identificação de simpatia por partidos, foi utilizada para a definição dos perfis do eleitorado norte-americano.

Diante de tal tipificação, Dalton (2013) estabeleceu a separação entre os eleitores para além da dicotomia partidário/não partidário e se dedicou principalmente à diferenciação entre os grupos de indivíduos sem vínculos com partidos. Numa escala crescente de racionalidade, a ordem dos perfis se iniciaria com independentes apolíticos, passando por partidários rituais e partidários cognitivos e culminaria em apartidários⁸.

Tabela 3. Índice de engajamento partidário

Mobilização cognitiva	Simpatia partidária	
	Sem identificação partidária	Com identificação partidária
Alta	Apartidários	Partidários cognitivos
Baixa	Apolíticos independentes	Partidários rituais

Fonte: Adaptado de Dalton (2013, p. 40).

No primeiro perfil, dos denominados independentes apolíticos, encontraríamos indivíduos pouco sofisticados cognitivamente e sem ligação com os partidos. São eleitores que se apresentam menos preocupados com as questões políticas e com os candidatos, dentre os quais a previsibilidade do comparecimento e da escolha eleitoral são difíceis. Por sua vez, os partidários rituais seriam guiados pela identidade partidária e, na ausência de recursos cognitivos, apoiariam o partido nas eleições por meio da campanha e do voto, de modo que são indivíduos com conhecimento limitado sobre questões políticas (DALTON, 2013).

Em se tratando dos perfis relacionados a indivíduos com alta mobilização cognitiva, os partidários cognitivos são eleitores filiados a partidos políticos, assim como os partidários rituais, mas que diferem do grupo anteriormente definido pelo fato de que sua participação nas referidas instituições e o comparecimento eleitoral se devem também ao seu refinamento político. Por fim, os apartidários são indivíduos que possuem alto refinamento cognitivo e que orientam sua atuação política por meio de suas competências, sem dependência de rótulos partidários para a avaliação e escolha de seus

⁸ A proposta de Dalton (2013) apresenta uma classificação dos indivíduos em relação ao seu sistema de crenças de maneira mais sofisticada que aquela proposta por Converse (1964), a qual centrava-se nos indicadores de interesse por política, educação e capacidade de obtenção e interpretação de informações pelos eleitores, mas desconsiderava seus sentimentos em relação a partidos políticos.

candidatos (DALTON, 2013).

Considerando o entendimento de alguns cientistas políticos de que o partidarismo pode ser sinônimo de falta de visão, de vontade e de compromisso por parte dos eleitores e uma tendência a posicionar os interesses do partido à frente daqueles individuais e da nação, o cidadão ideal seria aquele que faz escolhas políticas de maneira objetiva, sem vínculo emocional a um partido político. Sob essa perspectiva, seria positivo o movimento de enfraquecimento dos laços afetivos dos indivíduos com os partidos políticos nos Estados Unidos. Em contrapartida, há pesquisas que identificaram os independentes como aqueles que não acompanham o noticiário sobre política, não entendem os discursos políticos e escolhem seus votos sem preocupação com a participação efetiva nas eleições. Diante de argumentos tão discrepantes, a análise do comportamento de partidários e apartidários pode permitir inferir se o posicionamento independente reflete ou não uma visão mais crítica da política (DALTON, 2013).

Em termos empíricos, Dalton (2013) concentrou suas análises na identificação da relevância de tais perfis para a cultura política dos norte-americanos com relação à adesão a valores democráticos, à busca por maior refinamento político, ao ativismo político, à importância e diferenciação dos partidos e à relevância das campanhas eleitorais para a decisão do voto. Diante do conjunto de resultados referentes ao eleitorado norte-americano, bem como de comparações estabelecidas com um conjunto de países europeus⁹, o autor concluiu que ainda há razões para sermos cautelosos com relação aos não partidários, uma vez que parte deles é inevitavelmente mal informada ou têm opiniões políticas inconsistentes, de modo que se apresentam suscetíveis aos apelos de políticos carismáticos. No entanto, uma das conclusões positivas de *The apartisan American* é que o desengajamento partidário crescente do eleitorado não é de todo ruim, já que nem todos os eleitores são independentes apolíticos e os apartidários representam uma implicação otimista para o processo eleitoral e a democracia.

Esse conjunto de resultados levou Dalton (2013) a considerar que o aumento dos

⁹ Dalton (2013) analisou dados referentes à Suécia, Portugal, Dinamarca, Noruega, Holanda, Israel, Grécia, Áustria, Finlândia, Suíça, França, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Irlanda e Itália e identificou nesses países índices de partidarismo declinantes e menores que o norte-americano, fatos que o levaram à constatação de que, para além das características únicas de qualquer experiência nacional, os efeitos da mobilização cognitiva e da modernização social parecem estar produzindo padrões comuns de desalinhamiento partidário que transcendem as fronteiras nacionais. Os percentuais de mobilização cognitiva e simpatia partidária também foram menores que aqueles dos Estados Unidos. Segundo o autor, os mais altos índices de partidários rituais foram identificados nos países com baixo desenvolvimento socioeconômico (Grécia, Portugal e Itália).

níveis de ensino, do acesso à informação política e do entendimento quanto ao papel dos partidos e do governo são capazes de produzir um processo de mobilização cognitiva que pode ampliar as habilidades políticas e os recursos do cidadão médio. Conseqüentemente, a sofisticação dos partidários também deve sofrer melhorias. Desta maneira, o engajamento cognitivo teria potencial para mudar o processo eleitoral, tornando-o mais próximo ao ideal da teoria democrática, com eleitores capazes de fazer julgamentos independentes dos candidatos e das questões do momento.

No que se refere à mobilização cognitiva, Inglehart (1977) propôs um conceito anterior ao de Dalton (1984; 2013), o qual considerava a relação entre frequência de discussão sobre política e tentativa de persuasão de outros com relação às opiniões sobre assuntos políticos. Segundo aquele autor, tal fenômeno teria se desenvolvido no contexto de surgimento, em sociedades industriais avançadas, da síndrome do pós-materialismo, de modo que, diante de um amplo processo de modernização econômica, política, social e cultural, os indivíduos de democracias consolidadas reduziram sua preocupação com necessidades materiais e passaram a pautar suas ações com vistas à satisfação de valores de auto-expressão. Dentre os efeitos desta mudança estaria a elevação dos níveis de mobilização cognitiva dos cidadãos, o qual estaria acompanhado, dentre outros, da redução da importância atribuída aos partidos políticos e das taxas de identificação partidária. Posteriormente, o autor incorporou a escolaridade ao conceito de mobilização cognitiva (INGLEHART, 1990).

Recentemente, Alaminos e Penalva (2012) realizaram uma atualização do estudo de Inglehart (1990) quanto a relação entre mobilização cognitiva, aspectos geracionais e crises políticas. Estendendo a análise anterior¹⁰, os autores identificaram que a mobilização cognitiva seria potencializadora da participação política, mas sua efetivação levaria em consideração o contexto sócio-político. Além disso, no que se refere às ex-autocracias Grécia, Portugal e Espanha, verificaram que a medida de mobilização cognitiva que não incluiu a escolaridade fazia mais sentido, em sua relação com efeitos geracionais, diante de crises políticas, uma vez que a abertura democrática se relacionaria com maior intensidade ao contato dos cidadãos com ações políticas do que com a expansão da escolarização. Ademais, os autores concluíram pela importância e

¹⁰ Inglehart (1990) trabalhou com dados do Eurobarômetro para o período compreendido entre 1973 e 1985. Alaminos e Penalva (2012) utilizaram dados da mesma fonte no período de 1975 a 2007 para França, Reino Unido, Itália e Alemanha, de 1980 a 2007 para a Grécia e de 1985 a 2007 para Portugal e Espanha.

pela necessidade de aperfeiçoar o índice de mobilização cognitiva, bem como de buscar outras variáveis e de incorporar distintos aspectos ao indicador, tendo clareza de que tal conceito é amplo e de que a redução a um pequeno conjunto de aspectos é problemática.

A despeito destas relevantes observações, para fins desta análise exploratória e tendo em vista a carência de estudos relacionados à mobilização cognitiva entre o eleitorado latino-americano, replico o modelo de Dalton (2013) ao conjunto de países da região, seguidos os mesmos procedimentos adotados quando da discussão acerca do eleitorado brasileiro por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015b). Assim, apresento nesta seção a análise agregada de dados referentes aos países destacados na Tabela 1.

A Tabela 4 apresenta as alterações nos níveis de escolaridade dos cidadãos latino-americanos, conforme dados do LAPOP referentes ao período analisado¹¹. Em termos gerais, é possível verificar uma elevação no nível de escolarização, com redução no percentual da categoria de menor escolaridade em 5,4% e ampliação dos contingentes das categorias com mais anos de estudos, por conta dos incrementos de 3,9% entre aqueles com até Ensino Médio completo, de 1,2% para indivíduos com Ensino pós-Médio completo ou Superior incompleto e de 0,3% entre os mais escolarizados.

Tabela 4. Evolução da escolaridade do eleitorado na América Latina (2006-2014) – Dados agregados (%)

Nível de escolaridade	2006	2008	2010	2012	2014
Até Ensino Fundamental completo	44,4	45,8	40,4	39,4	39,0
Até Ensino Médio completo	27,0	28,6	30,8	31,5	30,8
Ensino pós-Médio ou Superior incompleto	17,8	16,2	17,6	18,4	19,0
Ensino Superior completo ou Pós-Graduação	10,9	9,3	11,2	10,8	11,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: LAPOP (2006-2014).

De maneira semelhante, verifiquei uma elevação no contingente de interessados por política entre 2006 e 2014, conforme aponta a Tabela 5. No período, o percentual de cidadãos nada ou pouco interessados por política decresceu, com destaque à redução de 3% dentre os menos afeitos, ao passo que aqueles algo interessados sofreram aumento de 2,6% e que também entre os muito interessados houve acréscimo de em torno de 1%.

¹¹ Conforme Borba, Gimenes e Ribeiro (2015b), os dados do LAPOP para o Brasil corroboram as informações oficiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, assumo o pressuposto de que as distribuições de escolaridade entre as populações nacionais e as amostras são aproximadas também para os demais países da região.

Tabela 5. Evolução do interesse por política do eleitorado na América Latina (2006-2014) – Dados agregados (%)

Medida	2006	2008	2010	2012	2014
Nenhum interesse	36,4	36,3	33,0	34,0	33,4
Pouco interesse	34,3	35,8	35,0	34,9	33,8
Algum interesse	19,8	18,4	22,0	21,8	22,4
Muito interesse	9,5	9,5	10,1	9,2	10,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: LAPOP (2006-2014).

Conforme mencionado anteriormente, a medida de mobilização cognitiva utilizada por Dalton (2013) consiste no somatório dos recursos escolaridade e interesse por política. Os resultados referentes a tal índice seguem expostos na Tabela 6¹² e indicam a elevação do percentual de indivíduos com alta mobilização cognitiva dentre os latino-americanos, sendo que entre 2006 e 2014 verificou-se 2,3% de aumento de eleitores em tal condição. A análise “onda-a-onda” demonstra relativa estabilidade na medida, uma vez que houve retrações em 2008 e 2012 e elevações em 2010 e 2014, porém todas foram baixas (inferiores a 3% do eleitorado total).

Tabela 6. Evolução da mobilização cognitiva do eleitorado na América Latina (2006-2014) – Dados agregados (%)

Medida	2006	2008	2010	2012	2014
Baixa mobilização cognitiva	83,6	85,1	82,2	82,7	81,3
Alta mobilização cognitiva	16,4	14,9	17,8	17,3	18,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: LAPOP (2006-2014).

Diante da descrição das variáveis que compõem o índice de mobilização cognitiva e de sua evolução no período analisado, cabe apresentar a composição dos perfis do eleitorado latino-americano com relação ao partidarismo. A construção da tipologia se deu com base no exposto na Tabela 3 deste *paper* (Dalton, 2013).

Assim como os dados referentes à simpatia partidária e à mobilização cognitiva (bem como aos seus componentes – escolaridade e interesse por política), o perfil do eleitorado latino-americano com relação ao partidarismo tem se apresentado estável, ao menos no curto período para o qual há dados disponíveis do LAPOP, o que se confirma

¹² Informações sobre recodificações de variáveis e a criação dos perfis de eleitores constam no apêndice metodológico.

pelas variações em torno de 1 a 1,5% entre o início e o fim do espaço temporal. Nesse sentido, os dados expostos na Tabela 7 confirmam não haver indícios de desalinhamento partidário na região. Contudo, se não há indicativo de retrocesso com relação à democracia, para a qual os partidos políticos são essenciais ao funcionamento, também não há sinais do estabelecimento de cidadania crítica entre os eleitores da América Latina, uma vez que a concentração de indivíduos nos perfis com maior sofisticação política segue baixa, reflexo especialmente da pouca concentração de atores com alto grau de mobilização cognitiva.

Tabela 7. Evolução do perfil do eleitorado na América Latina (2006-2014) – Dados agregados (%)

Perfil	2006	2008	2010	2012	2014
Independentes apolíticos	56,6	59,7	56,2	57,6	55,7
Partidários rituais	27,0	25,3	26,0	25,1	25,6
Partidários cognitivos	9,3	8,3	9,1	8,9	10,6
Apartidários	7,2	6,7	8,7	8,4	8,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: LAPOP (2006-2014).

Tomados em conjunto, os dados apresentados, ainda que decorrentes de análises descritivas e com finalidade exploratória, permitem reflexões acerca da relação entre eleitores e partidos políticos na América Latina, bem como sobre possíveis efeitos do apartidarismo sobre as jovens democracias da região. No entanto, tal exercício necessita ser permeado pelo apontamento de pontos positivos e negativos relacionados a análises desta natureza.

Nesse sentido, destaco duas limitações. A primeira diz respeito aos distintos constructos democráticos nos países da América Latina, nos quais a consolidação da democracia ou mesmo seu fortalecimento se dão em diferentes magnitudes, ao mesmo tempo em que as características dos sistemas partidários, políticos e eleitorais desses países são bastante diversificadas, o que demanda modelos explicativos hierárquicos, não adotados neste artigo e que merecem posterior atenção¹³. A segunda refere-se ao curto período para o qual estão disponíveis dados de opinião pública sistematizados e sequenciais, uma vez que o LAPOP apresenta-se como *survey* com maior cobertura das

¹³ Este *paper* resulta de tese de doutorado em andamento, na qual o partidarismo será explorado por meio de análises hierárquicas.

unidades nacionais da região, mas é também a iniciativa mais recente dentre aquelas aplicadas entre países latino-americanos¹⁴.

Por outro lado, trabalhos como este contribuem para o esclarecimento da relação entre eleitores e partidos políticos na região, ainda pouco explorada pela Ciência Política, especialmente no que diz respeito à visão dos cidadãos quanto à institucionalização dos sistemas partidários e de seus desdobramentos sobre a democracia na América Latina.

Isto posto, os dados expostos na Tabela 7 permitem inferir que a continuidade da tendência (pequena até o momento) de elevação do eleitorado com alta sofisticação política – concentrado nos partidários cognitivos e nos apartidários – é benéfica à democracia, uma vez que o aumento do número de eleitores com maior capacidade para decodificar a política deve conduzir a melhorias no desempenho dos partidos políticos junto ao eleitorado e no governo e na própria qualidade e legitimidade da democracia.

Com relação à dicotomia partidários/não partidários, é relevante destacar as mudanças relacionadas ao segundo grupo. Primeiramente, aponto como aspecto negativo a prevalência dos independentes apolíticos entre o eleitorado, pois estes indivíduos com menor capacidade cognitiva e baixo refinamento político correspondem à parcela majoritária dos latino-americanos durante todo o curto período analisado. Para fins de comparação, tal contingente não ultrapassava 13% nos Estados Unidos em 2008 e, conforme dados agregados do *European Social Survey* para a parte ocidental da Europa, girava em torno de um terço em 2002 (DALTON, 2013). Ainda que se refiram a períodos distintos, esses dados servem, em alguma medida, como parâmetros para a comparação e demonstram o quão distinto é o partidarismo na América Latina.

Em contrapartida, os apartidários, apesar de corresponderem a apenas cerca de 8% do eleitorado latino-americano, não apresentam quantitativo tão discrepante com relação aos cidadãos de democracias consolidadas, já que Dalton (2013) verificou a existência de 19% destes eleitores nos EUA em 2008 e os dados europeus registram pouco mais de 10%.

Considerando que, em se tratando de correlatos atitudinais e comportamentais, esse é o perfil de eleitor mais próximo às exigências normativas da democracia, por ser mais informado, demonstrar maior sentimento de eficácia política, aderir ao regime em

¹⁴ Nos Estados Unidos, por exemplo, pesquisas de opinião pública são realizadas desde a década de 1950. Os *surveys* empreendidos pelo *World Values Survey* (WVS), o *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES) e o *Latinobarômetro* são empreendidos desde anteriormente ao LAPOP, mas contemplam menor número de unidades nacionais.

maior medida e participar mais, tanto em termos eleitorais quanto contestatoriamente, é positivo o saldo do período 2006-2014 para a região. Ademais, sabe-se que a participação política na América Latina é perpassada pelo envolvimento dos indivíduos em distintos mecanismos participativos, de modo que, especialmente entre aqueles classificados como apartidários, a falta de identificação partidária não é considerada um aspecto potencializador de crise de representação ou mesmo de crise da democracia, já que tais eleitores exercem sua cidadania política por meios distintos dos partidos, o que os aproxima do “cidadão crítico” (NORRIS, 2007).

Diante deste cenário de relativa estabilidade entre as medidas de simpatia partidária, de escolaridade, de interesse por política e de mobilização cognitiva e da mínima variação verificada entre os perfis do eleitorado latino-americano, o principal problema na região é a concentração dos eleitores entre os independentes apolíticos, menos sofisticados politicamente (DAHL, 1997) ou menos racionais (DALTON, 2013), de modo que a alienação política caracteriza majoritariamente a relação entre eleitores e partidos políticos nas jovens democracias da América Latina contemporânea.

4 Considerações finais

Estudos realizados recentemente entre o eleitorado latino-americano por Carreras, Morgenstein e Su (2013), Albala e Vieira (2014), Gimenes (2014), Furriel e Gimenes (2015), Lupu (2015) e Borba, Gimenes e Ribeiro (2015c), dentre outros, não contemplaram um modelo explicativo de grande relevância às análises sobre participação política em democracias consolidadas nas últimas décadas: a mobilização cognitiva (INGLEHART, 1977; 1990; DALTON, 1984; 2013; ALAMINOS; PENALVA, 2012). A despeito da importância da sofisticação política à cultura política dos cidadãos (DAHL, 1997), ainda é incipiente o conhecimento acerca da maneira como aspectos cognitivos influenciam a decodificação da política pelos indivíduos, especialmente com relação aos partidos políticos. Com vistas a contribuir para suprir tal lacuna, este artigo avança no sentido de identificar a existência de indícios de relacionamento pautados pela criticidade entre os eleitores latino-americanos com relação aos partidos políticos.

Em se tratando dos resultados, os achados permitem inferir que é equivocado

tratar de uma crise dos partidos na região, bem como do desalinhamento generalizado dos eleitores com relação aos partidos, uma vez que os dados expostos na Tabela 1 demonstram comportamentos diferentes entre as unidades nacionais analisadas, com oscilações que também se refletem para o conjunto de países agregados para a América Latina (Tabela 2).

Segundo Mainwaring (2001, p. 395), “até hoje nada substituiu os partidos e provavelmente nada o fará nas próximas décadas. Os partidos inevitavelmente têm defeitos, mas desempenham funções vitais e para além deles não há nenhuma alternativa”, afirmação recorrente também em Alcántara Sáez e Freidenberg (2002) e em Borba, Gimenes e Ribeiro (2015b). Ainda que no cenário de jovens democracias latino-americanas as referidas instituições gozem de pouco prestígio junto aos eleitores, o baixo enraizamento dos partidos não os têm tornado mais fracos no período recente.

A evolução dos perfis dos eleitores apresentada na Tabela 7 permite estender à América Latina a conclusão de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015b, p. 45) para o caso brasileiro, qual seja:

Em síntese, no que diz respeito a nossa democracia, o problema não reside no apartidarismo ou no desencanto com as instituições representativas tradicionais, pois essa postura pode ser acompanhada de atitudes e valores congruentes com o aprimoramento dessa forma de governo. O problema que permanece como ameaçador é a alienação política ou a falta de sofisticação política de um contingente majoritário de brasileiros, desmobilizado em termos cognitivos e/ou orientado por noções muito rudimentares sobre o mundo da política.

Diante de tal conclusão, cabe avançar no sentido de identificar os condicionantes do apartidarismo na América Latina, por meio da investigação de aspectos individuais (como características sociais e atitudinais dos eleitores, por exemplo) e de contexto (relacionadas a indicadores sociais e econômicos e aos sistemas político, eleitoral e partidário dos países da região). Além disso, é importante verificar o quanto tal tipificação é explicativa para o comportamento político dos cidadãos latino-americanos, aos moldes da análise empreendida no Brasil, que verificou a relevância dos perfis sobre a adesão à democracia, a busca por informação, o sentimento de eficácia política, o comparecimento eleitoral e o protesto (BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015b).

Por fim, é necessário avançar também na própria operacionalização do que Dalton (1984; 2013) definiu como mobilização cognitiva, apesar do autor ter validado a

tipologia dos perfis entre democracias consolidadas e de que estes também contribuem para a entendimento acerca do comportamento político dos brasileiros (BORBA; GIMENES; RIBEIRO, 2015b). Nesse sentido, é relevante a crítica de Alaminos e Penalva (2012) ao uso da variável escolaridade, por seu papel enquanto preditora do interesse por política, da eficácia política subjetiva, da participação cívica e contestatória. Ademais, faz-se salutar a reflexão sobre a transposição do referido índice para jovens democracias, caracterizadas pelo baixo percentual de indivíduos com alta escolarização.

Assim, este *paper* atingiu seu objetivo ao mapear a relação dos eleitores latino-americanos com os partidos políticos à luz da teoria da mobilização cognitiva (DALTON, 2013), ao mesmo tempo em que contribui para o estabelecimento de uma agenda de pesquisas sobre a temática na América Latina, região ainda carente de estudos destinados a interpretações pormenorizadas dos fatores que concorrem, positiva ou negativamente, ao envolvimento dos cidadãos com os partidos, instituição central ao fortalecimento e consolidação dos regimes democráticos.

Referências

ALAMINOS, A.; PENALVA, C. *The cognitive mobilization index: crises and political generations*. Sage Open. Disponível em <<http://sgo.sagepub.com/content/early/2012/02/28/2158244012440437>>. Acesso 27 mai. 2012.

ALBALA, A. VIEIRA, S. M. *¿Crisis de los partidos en América Latina? El papel de los partidos políticos latinoamericanos en el escenario reciente*. *Política – Revista de Ciência Política*, v. 52, n. 1, 2014. p. 145-170.

ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 137-157, out. 2002.

ALMOND, G. A., VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3. ed. New York: Sage, 1989 [1963].

BAQUERO, M. Identificação partidária e comportamento eleitoral. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 36., 2012, Águas de Lindóia, SP. *Anais...* Águas de Lindóia, SP: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012.

_____. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BARNES, S.; KAASE, M. *Political action: mass participation in five western democracies*. Beverly Hills: Sage, 1979.

BORBA, J.; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Participação e repertórios políticos: uma análise dos engajamentos múltiplos dos brasileiros na política. *In*: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. (Org.). **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015a. p. 101-132.

_____. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 101, mar. 2015b. p. 27-55.

_____. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, n. 5, 2015c. p. 13-47.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. Participação convencional e não convencional na América Latina. *In*: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 95-118, 2011.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E.; STOKES, D. E. **The American voter**. New York: Wiley, 1960.

CARRERAS, M.; MORGENSTERN, S.; SU, Y.-P. *Refining the theory of partisan alignments: evidence from Latin America*. **Party Politics**, jul. 2013. p. 1-15. Disponível em <<http://ppq.sagepub.com/content/early/2013/07/11/1354068813491538.full.pdf+html>>. Acesso em 13 dez. 2014.

CATTERBERG, G. *Evaluations, referents of support, and political action in new democracies*. **International Journal of Comparative Sociology**, Thousand Oaks, v. 44, p. 173-198, jun. 2003.

CLARKE, H. D.; STEWART, M. C. *The decline of parties in the minds of citizens*. **Annual Reviews Political Science**, v. 1, p. 357-378, 1998.

CONVERSE, P. E. *The nature of belief systems in mass publics*. *In*: APTER, D. **Ideology and discontent**. New York: Free, 1964. p. 206-261.

DALTON, R. J. *Independents and American elections*. *In*: HERSHEY, M. (Ed.). **CQ Guide to Political Parties**. Washington, DC: CQ Press, 2014a. p. 262-270.

_____. *Interpretating partisan dealignment in Germany*. **German Politics**, 2014b. p. 1-11.

_____. *Partisan dealignment and voting choice*. *In*: PADGETT, S. et al. **Developments in German Politics IV**. Londres: Macmillan, 2014c. p. 57-77.

_____. **The apartisan American: dealignment and changing electoral politics**. Washington, DC: Sage, 2013.

_____. **Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies**. 5. ed. Washington, DC: CQ, 2008.

_____. *Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies*. **Journal of Politics**, n. 46, p. 264-284, 1984.

DALTON, R. J.; FLANAGAN, S.; BECK, P. (Eds.). **Electoral change in advanced industrial democracies**. Princeton: Princeton University, 1984.

DALTON, R. J.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação

partidária nas sociedades industriais avançadas. **Revista Análise Social**, v. 38, n. 167, p. 295-320, 2003.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

DALTON, R.; WELDON, S. *Partisanship and party system institutionalization*. **Party Politics**, v. 12, n. 2, 2007. p. 179-196.

DELLA PORTA, D. **Introdução a Ciência Política**. Lisboa: Estampa, 2003.

FURRIEL, W. O; GIMENES, É. R. Opinião pública e partidarismo: indicadores de institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. *In: Seminário Nacional Partidarismo, Militantismo e Comportamento Eleitoral no Brasil*, 1., 2015, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

GALLEGO, A.; RICO, G.; ANDUIZA, E. *Disproportionality and voter turnout in new and old democracies*. **Electoral Studies**, v. 31, n. 1, p. 159-169, mar. 2012.

GIMENES, É. R. Eleitores, partidos políticos e sistemas partidários: mapeamento do partidarismo na América Latina. *In: Fórum Brasileiro de Ciência Política*, 4., Niterói, RJ, 2015. **Anais...** Niterói, RJ: Associação Brasileira de Ciência Política, 2015.

_____. Partidarismo na América Latina: análise longitudinal de dados de opinião pública. *In: Seminário Nacional Comportamento Político e Opinião Pública*, 1., Florianópolis, SC, 2014. **Anais...** Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University, 1990.

_____. *The silent revolution: changing values and political styles among Western publics*. Princeton: Princeton University, 1977.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. *Trends in political action: the developmental trend and the post-honeymoon decline*. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 43, n. 1, 2002. p. 300-316.

KATZ, R.; MAIR, P. *The cartel party thesis: a restatement*. **Perspectives on Politics**, v. 7, n. 4, 2009. p. 753-766.

_____. *Changing models of party organization and party democracy. The emergency of the cartel party*. **Party Politics**, v. 1, n. 1, 1995. p. 5-28.

LUPU, N. *Partisanship in Latin America*. *In: CARLIN, R. E.; SINGER, M. M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: Michigan University (no prelo). Disponível em <<http://www.noamlupu.com/partisanshipLAV.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2015.

MAINWARING, S. P. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. (Eds.). *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, CA: Stanford University, 1995.

MAINWARING, S. P.; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Revista Opinião Pública**, v. 11, n. 2,

out. 2005a. p. 249-286.

_____. *La institucionalización de los sistemas de partidos y la teoría Del sistema partidista después de la tercera ola democratizadora. Revista América Latina Hoy*, v. 41, 2005b. p. 141-173.

MAINWARING, S.; ZOCO, E. *Political sequences and the stabilization of interparty competition. Party Politics*, v. 12, n. 2, 2007. p. 155-178.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

_____. Há um futuro para os partidos? *Revista Política Democrática*, Brasília, ano 1, n. 0, p. 147-160, out./dez. 2000.

NORRIS, P. *Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 628-652.

_____. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University, 1999.

OPP, K. D. *Theories of political protest and social movements: a multidisciplinary introduction, critique, and synthesis*. Londres: Routledge, 2009.

PAYNE, J. M. *Party systems and democratic governability. In: PAYNE, J. M.; ZOVATTO G. D.; DÍAZ, M. M.; ZAVALA, A. A.; CARRILLO-FLÓREZ, F.; ECHEBARRÍA, K.; FREIDENBERG, F.; IARQUÍN, E. Democracies in development. Politics and reform in Latin America*. Washington, D. C.: Inter-American Development Bank/International Institute for Democracy and Electoral Assistance/David Rockefeller Center for Latin American Studies/Harvard University, 2007. p. 149- 177.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. *Revista Opinião Pública*, v. 11, n. 1, 2005. p. 64-93.

PUTNAM, R. D. (Org.). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.

_____. *Solo en la bolera. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

RIBEIRO, E. A. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A. GÓMEZ, M. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 1-37, abr./mai. 2006.

SEYD, P.; WHITELEY, P. *British party members: an overview. Party Politics*, v. 10, n. 4, 2004. p. 355-366.

TORCAL, M.; MONTERO, J. R. (Orgs.). *Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions and politics*. Londres: Routledge, 2006.

VAN BIEZEN, I. Sobre o equilíbrio interno do poder: as organizações partidárias nas novas democracias. *Análise Social*, v. 33, n. 148, 1998. p. 685-708.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P., POGUNTKE, T. *Going, going,... gone? The decline of*

party membership in contemporary Europe. European Journal of Political Research, n. 51, p. 24-56, 2012.

WELZEL, C.; INGLEHART, R.; DEUTSCH, F. S. *Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest 'Civic' Payoff?* *Journal of Civil Society*, London, v. 1, n. 2, p. 121–146, set. 2005.

WITHELEY, P. *Is the party over? The decline of party activism and membership across the Democratic World. Party Politics*, v. 17, n. 21, 2011.

WITHELEY, P. F.; SEYD, P. *High intensity participation: The dynamics of party activism in Britain*. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 2002.

_____. *The dynamics of party activism in Britain: a spiral of desmobilization?* *British Journal of Political Science*, v. 28, n. 1, p. 113-137, jan. 1998.

APÊNDICE METODOLÓGICO

Informações técnicas das variáveis

Simpatia partidária

[vb10] Neste momento, simpatiza com algum partido político?

Codificação: 1= Sim

2= Não

Recodificação: 1= Não

2= Sim

Escolaridade

[ed] Qual foi o último ano de educação que você completou ou foi aprovado?

Codificação: Aberta

Recodificação: 1= Até Ensino Fundamental completo (0 a 8 anos de estudo)

2= Até Ensino Médio completo (9 a 11 anos de estudo)

3= Ensino pós-Médio ou Superior incompleto (12 a 14 anos de estudo)

4= Ensino Superior completo ou Pós-Graduação (15 ou mais anos de estudo)

Interesse por política

[pol1] Quanto interesse você tem pela política: muito, algum, pouco ou nenhum?

Codificação: 1= Muito

2= Algum

3= Pouco

4= Nenhum

Recodificação: 1= Nenhum

2= Pouco

3= Algum

4= Muito

Construção do índice de mobilização cognitiva

O índice de mobilização cognitiva foi construído por meio da adição das variáveis escolaridade e interesse por política. Após a criação do índice como variável contínua, esta foi recodificada em outra, binária.

Codificação: 2= Baixa mobilização cognitiva

3= 3

4= 4

5= 5

6= 6

7= 7

8= Alta mobilização cognitiva
Recodificação: 1= Baixa [2 a 5]
2= Alta [6 a 8]

Construção dos perfis

A tipificação do eleitorado em perfis foi construída pelo computo das variáveis simpatia partidária e do índice de mobilização cognitiva (binário).

Independente apolítico

Perfil: mobilização cognitiva= 1 e simpatia partidária= 1

Partidário Ritual

Perfil: mobilização cognitiva= 1 e simpatia partidária= 2

Partidário Cognitivo

Perfil: mobilização cognitiva= 2 e simpatia partidária= 2

Apartidário

Perfil: mobilização cognitiva= 2 e simpatia partidária= 1